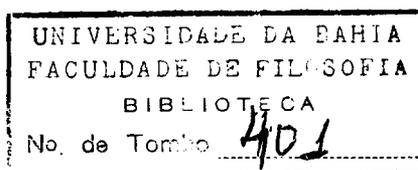


MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EUGÊNIA LÚCIA VIANA NERY

"MEMÓRIAS DE UM REVOLUCIONÁRIO" - uma fonte para
o estudo do período 1922 - 1930

Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.



SALVADOR

1973

BAHIA

TE
NER.

**Universidade Federal da Bahia - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Esta obra foi digitalizada no
Centro de Digitalização (CEDIG) do
Programa de Pós-Graduação em História da UFBA**

Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano

Coordenação Técnica: Luis Borges

Junho de 2005

Contatos: lab@ufba.br / poshisto@ufba.br

NOTA INTRODUTÓRIA

Uma das características mais acentuadas do ser humano é a sua capacidade e possibilidade de optar. Não existe, em nenhum momento da atividade humana, a ausência de uma escolha. Escolha que, se a um tempo, é uma liberdade, funciona também como uma necessidade. O estudioso de História, inicialmente, por humano e ainda pelo seu próprio metier vive em intensa frequência a fazer escolhas: escolha de temática, escolha de abordagens, escolha de apoio documental para o seu trabalho.

Constitue uma evidência, no trabalho do historiador, a liberdade na escolha, mas não é menos claro o caráter de necessidades das suas opções. Pelo próprio objeto da sua Ciência, ele é incapaz de conhecê-la por inteiro, o que já o leva a eleição de um objeto a investigar como também, por maior que seja a abundância do material utilizado, sempre é possível admitir que ainda haja material a utilizar.

O trabalho do historiador, sempre inicia-se com a busca dos meios de conhecimento do tema que ele se propõe a tratar. Na base do seu trabalho, está o coletar e discutir com as fontes que lhe vão permitir o tematizar.

Na evolução da historiografia uma constante foi a discussão em torno das fontes para o trabalho historiográfico: no sentido de tipos válidos e os considerados sem valor. Discussão esta que se amenizou, na medida em que as fontes deixaram de constituir um objeto em si, para se constituírem em meio de conhecimento.

Na condição de meio de conhecimento, não há porque não sentir como de maior validade a posição de Bauer, consideran

do como possível fonte da história tudo que nos "proporciona material para a reconstrução da vida histórica."

Seguindo a posição de Bauer, o estudioso de História tem à sua disposição uma ampla possibilidade de fontes e usa aí da sua liberdade de escolha, dentro da necessidade imposta pelo objeto de sua investigação. É pelo objeto de sua investigação é que será definida a importância e o valor das muitas fontes possíveis de utilização.

Na medida em que tal linha de pensamento, coincidente com um crescente progresso da historiografia, se impôs, começou a haver lugar para que o documento oficial, as expressões literárias, cartas pessoais e as memórias, sirvam de meio de conhecimento ou fontes, conjugadas para a investigação de uma mesma temática.

O período 1922/1930 no Brasil tem a mais alta significação em termos de transformações na vida brasileira. Constitue, talvez, o momento mais nítido de tentativa de ruptura, embora nele persistam incontáveis permanências.

Do mesmo modo que significou muito para a História do Brasil, o período mencionado é dos mais importantes para a historiografia nacional. É o momento em que se define um necessidade de modificar os critérios historiográficos no Brasil.

A partir desse período, verifica-se que é chegado o momento de uma historiografia, até então voltada para os acontecimentos em função de elites, ganhar profundidade, buscando a colocação do povo no agir histórico. Apesar disso, ainda não é possível falar numa historiografia "trintista", em termos de obras de síntese, o que não impede que se possa registrar a fatura da documentação e referência bibliográfica em relação ao período.

Só muito recentemente, pelos mais variados motivos, começaram as tentativas de interpretação do período, com autores buscando na utilização dos fatos do período, de categorias sociológicas, dados econômicos etc., as explicações do que foi o período e o porque da existência dos acontecimentos do período, ou seja, buscando responder as indagações radicais da História. Trabalhando em tal esquema podemos mencionar, a título de exemplo, o Prof. Bóris Fausto, da Universidade de São Paulo.

No entanto, sobre o mesmo período, numa quantidade de espantar, vários trabalhos, que começaram a surgir em momento quase imediato aos acontecimentos, são de extrema importância para quem se proponha a estudar a significação do Tenentismo e da Revolução de 30 para a vida brasileira.

Para uma historiografia "trintista", de cunho interpretativo, qualquer estudioso que a pretenda não pode deixar de lado a valiosa bibliografia que, sem pretensões de interpretação, teve o cuidado de registrar a descritiva factual do período. Os trabalhos de Hélio Silva, abrangendo, com o título geral de o "Ciclo de Vargas", os acontecimentos desde o 5 de julho de 1922 até momentos muito próximos aos dias atuais, fornecem uma farta documentação que, no dizer mesmo do autor, está a espera de que um pesquisador lhe dê o trato histórico que o período merece.

Ao lado da exaustiva descritiva de Hélio Silva, constituem preciosidades, para os que pretendem estudos sobre 22/30, as memórias e os depoimentos dos participantes do movimento. Sabemos que tal tipo de fonte oferece certos riscos mas, desde que não sejam as únicas utilizadas e passem o crivo da crítica histórica, podem fornecer dados da mais relevante impor

tância. Chegamos a aventar que tal tipo de fonte seja capaz de propiciar indícios de ordem pessoal, aptos a esclarecer aspectos gerais de problemas obscuros do período. É possível exemplificar o que afirmamos com o "A guisa de Depoimento" de Juarez Távora e com o "Meu Libello" de Maurício de Lacerda.

Nos parece também que há um outro tipo de fonte a utilizar: a literária. Se por um lado literatura, seja ela prosa ou poesia, está muito vinculada à imaginação do autor, por outro, ela reflete também os condicionamentos da realidade espaço-temporal vivida por ele.

A fonte literária, em alguns casos, explicita bastante o contexto de um determinado momento, caracteriza mentalidade de uma época ou de um grupo social e tem sido utilizada em grande escala por vários estudiosos de História.

Do que dissemos até aqui, vê-se a nossa preocupação em caracterizar fontes secundárias para o estudo do período 22/30. O presente trabalho se propõe, pois, a mostrar as possibilidades de utilização de uma dessas fontes para o estudo da Revolução de 30.

A fonte, do tipo "memórias", refere-se às colocações de João Alberto Lins de Barros e sua participação no movimento "trintista", tendo como título "Memórias de um Revolucionário".

Não pretendemos aqui esgotar as possibilidades de informações contidas na fonte mencionada. Apenas queremos registrar, com breves comentários, algumas referências que nos parecem conduzir a amplificações.

Selecionamos trechos do autor, tentando agrupar idéias, mesmo quando não colocadas próximas no corpo do livro.

. . . "Então todos serão lembrados e o historiador de amanhã encontrará material copioso de onde extrair elementos para escrever as últimas páginas de um período político dourado de idealismo e de renúncias."

J. A. L. B.

Ressentindo-se, ainda hoje, a historiografia brasileira da falta de obras de síntese sobre alguns períodos da vida nacional, o trecho de João Alberto, que ora nos serve de epígrafe, indica a validade de utilizar memórias de elementos que viveram uma conjuntura, para obter informações que melhor habilitem o historiador a caracterizá-la.

Constitui evidência que, pela própria tônica a intencionalidade das Memórias, elas não podem nem devem constituir a base única para uma tentativa de interpretação histórica de um período, mas é inegável que ao historiador atento não passará despercebida a validade de utilizar tal tipo de fonte secundária, ao lado da documentação de que dispõe, para elaborar seu trabalho.

Sabemos que o escrever Memória, para quem o faz, tem a nítida intenção de fazer-se conhecido e manter-se lembrado, destacando seu papel num período ou num acontecimento, o que leva a comprometer a imparcialidade. Mas não estamos entre aqueles que, valendo-se de tal argumentação, recusam-se a trabalhar tal tipo de fonte. Confiamos em que, por sua própria formação, o historiador seja capaz de, separando o joio do trigo, discernir a exaltação biográfica da informação útil.

A vida nacional de 1922 a 1930, que tem sido tratada por nossa historiografia em relatos descritivos ou em ensaios interpretativos não completos, necessita em nossos dias, para melhor compreensão do processo brasileiro após 30, de estudos interpretativos de caráter global que possam permitir obras de síntese de que a historiografia brasileira carece, não só em relação ao período mencionado. Tais estudos podem ser considerados urgentes: alguns remanescentes do período ainda estão e não sabemos até quando; a documentação, ainda que oferecendo dificuldades de coleta e seleção, aí está, e ao lado disso, os depoimentos e memórias de personagens que de alguma maneira destacaram-se no cenário nacional entre 1922/1930.

Qualquer tentativa de estudo sobre o período dos "tenentes" e da revolução de 30 não poderia prescindir de análises sobre os Depoimentos-Memórias de um Agildo Barata, de um João Neves da Fontoura, de um Virgílio de Melo Franco ou de um João Alberto Lins de Barros. Porque assim pensamos, é que o nosso objetivo será dar notícias sobre o livro de Memórias do Tte. João Alberto Lins de Barros - Memórias de um Revolucionário - tendo algumas considerações sobre a sua utilização como fonte para o estudo do período 1922/1930.

O LIVROFicha de identificação

Título: Memórias de um Revolucionário
Sub-título: 1a. parte - A marcha da Coluna
Autor: JoãoAlberto Lins de Barros
Editora: Civilização Brasileira S/A.
Data da edição: 1953
Local da edição: Rio de Janeiro
Prefácio: do próprio autor
Número de capítulos: 10

Percebe-se pelo título do livro que, mesmo sendo um livro de memórias, ele enfocará a vida política do autor, ma is restritamente aquela do período de 1922/1930.

Utilizamos aqui o próprio autor, para dizer da sua intenção quando fez o livro: "dar notícia do período político compreendido entre 1922, ano do primeiro levante militar de 5 de julho, até 1930, quando terminou o processo revolucionário dos "Tenentes".

Inicialmente o livro foi preparado por insistência de Paulo Frischauer para uma versão portuguesa e uma inglesa, embora João Alberto afirme nunca ter tido a pretensão de transformar suas anotações sobre o 2º Destacamento da Coluna Prestes em livro.

Iniciando-se com algumas lembranças da infância do autor e de sua vida de colégio, o livro dá notícias das agitações iniciadas no governo de Epitácio Pessoa, relata toda a marcha do 2º Destacamento da Coluna e tem sua finalização no

relato da vitória do movimento de 1930.

Apesar do sub-título apresentado, indicando ser o livro a primeira parte de um trabalho mais longo, João Alberto encerrou aí suas Memórias, pois as partes que se seguiriam nunca vieram a luz.

O AUTOR

João Alberto Lins de Barros, tenente, companheiro de Prestes e Siqueira, homem de prestígio no governo Vargas, tem as origens no Recife.

Filho de uma família de classe-média, de pai professor, de quem afirma ter recebido grande influência. Segundo ele, a influência paterna foi responsável pelo seu extremado gosto pelo estudo e por suas inclinações revolucionárias.

Em março de 1919, ingressa na Escola Militar, de onde sairá como aspirante a 7 de janeiro de 1922. Logo depois o encontraremos na 2a. Bateria do 1º Regimento de Artilharia Montada, sob o comando de João Batista Mascarenhas de Moraes.

Sua vida de revolucionário começará nas conspirações que levaram ao levante do Forte de Copacabana. O insucesso do movimento leva-o a prisão, onde os contatos mantidos fortalecem os seus ideais revolucionários.

Os anos que se seguem vão encontrá-lo nas caminhadas da Coluna até a sua dissolução. Posteriormente já vamos encontrá-lo como Interventor em São Paulo, após a vitória do movimento de 1930, segundo referência no final do livro de sua autoria.

Vê-se que o autor, após os primeiros momentos da vitória trintista, sofre algumas decepções com a revolução que ajudara a fazer. São palavras dele: "Sem antecipar o relato das decepções sofridas logo após a alvorada da vitória de 1930 e as amarguras curtidas em longos anos do poder efêmero, que talvez eu conte mais tarde, procurarei aqui, neste trabalho, dar ape-

nas um depoimento sem rancor ou prevenções." (Prefácio)

Paramos aqui nossas informações biográficas, pois não constituem elas o enfoque principal do nosso trabalho.

"Memórias de um Revolucionário" - uma fonte para o estudo do período 1922/1930.

Já expusemos razões que nos fazem acreditar na validade da utilização de tais fontes. Apesar das evidentes limitações que contêm, elas oferecem observações que, mesmo pessoais, podem levantar dúvidas que levam a esclarecimentos ou fornecer indicações que a documentação primária não tenha registrado. Além de ser o material que, por partir de um "observador participante", melhor se presta a que o "estranho" perceba a ambiência mental do período.

Tratando-se do livro de Memórias de João Alberto, em que fazem certas passagens marcadas a nosso ver por um excesso de sentimentalismo ou de meditações pessoais dotadas de forte tônica emocional, é possível utilizá-lo como fonte, na medida em que certos trechos forneçam subsídios para caracterização de alguns momentos no período por ele tratado.

Ainda de referência ao autor, cumpre dizer que João Alberto, nos acontecimentos do período 1922/1930, instala-se como outros elementos de sua geração militar, numa posição contrária à dos oficiais superiores, distanciados pela idade e pela hierarquia, dos anseios experimentados pelos tenentes. Volta dos para um novo sentido das relações econômicas e de poder no país, capaz de satisfazer as aspirações de vigência da primeira geração republicana no Brasil, os tenentes, como João Alberto,

participam de movimentos revolucionários, visando estabelecer uma nova ordem, para eles, mais coerente com os ideais republi-
canos, mesmo que para isto seja necessário a quebra da hierar-
quia e o derramamento de sangue.

Idealismo e Ideologia nos Tenentes

As memórias de João Alberto permitem perceber o idealismo dos tenentes e a ausência de base ideológica no movi-
mento tenentista. Para João Alberto, o idealismo e puro idea-
lismo dos "tenentes" permitiu que eles mudassem o sentido de
sua revolução. A falta de uma maior consistência ideológica na
movimentação tenentista, levou a que, segundo João Alberto, a
vitória de 30 não refletisse exatamente os ideais de 1922.

Diz ele no Prefácio: "Fiquemos na época heróica
quando animados do mais sadio idealismo, dávamos o nosso san-
gue e cristalizavamos nossas esperanças por fórmulas vagas que,
cedo, reconhecemos falazes. "words, words, words", como dizia o
Hamlet.

Mostrando um aspecto de idealismo dos "Tenentes",
ele conta da sua adesão aos acontecimentos de 22 - "um dia, às
vésperas do movimento, fui convidado para aderir à revolução. Não
tinha muito tempo para me decidir e, assim, coloquei-me ao lado
dos meus amigos e da Escola Militar" (p.19)

Essa informação de João Alberto, sobre sua adesão
ao levante de 22, a nós parece uma pista a perseguir, para veri-
ficação de casos semelhantes, onde o partir para atitudes revo-
lucionárias tenha sido um impulso momentâneo, um gesto de soli-

dariedade a amigos e companheiros de farda, sem que tenha tido por base uma maior consistência ideológica.

Ainda em termos do problema idealismo e ideologia no movimento tenentista, duas referências aqui merecem registrar - "De tudo restava apenas o exemplo de coragem dos últimos defensores do Forte Copacabana, que, impossibilitados de movimentar os canhões, haviam saído à rua, peito descoberto, ao encontro das forças legalistas, em busca da morte, como protesto e exemplo." (p.20)

- "Seus sacrifícios não resultaram em vão, pois os movimentos revolucionários de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul foram muito mais ações de solidariedade com os companheiros comprometidos em 1922 do que reivindicações políticas." (p.21)

As duas referências aqui mencionadas nos parecem de importância, por permitirem amplas discussões à respeito. Apesar de partirem de um elemento que teve atuação no movimento, outros depoimentos, de elementos também participantes, opõem-se às inferências que podem ser tiradas dessas afirmações de João Alberto.

05 de julho de 1922 e a oposição a Bernardes

Através de João Alberto é possível verificar a posição da oficialidade do Exército quanto a Bernardes.

Ele informa a existência de posições diferentes na oficialidade, facilmente identificáveis com os grupos etários. Parece-nos claro que não só a condição etária determinava as posições; outros fatores deveriam também estar como variáveis.

áveis condicionantes. Mas, como não é conveniente deixar de lado o conteúdo etário, parece-nos merecer atenção a observação de João Alberto: "contra o Dr. Artur Bernardes declarava-se a quase totalidade dos tenentes e capitães. Tentavam os oficiais nas medidas licenciá-las e uma atitude violenta, citando exemplos passados e aconselhando-lhes prudência." (p. 19)

Os tenentes e capitães, na sua maioria, encontravam-se numa faixa oscilante de idade entre os 23 e os 35 anos. A atitude oposicionista a A. Bernardes, pelo menos no 1º Regimento de Artilharia Montada, era mais radical e com pretensões ao uso da força ou dos caminhos da ilegalidade, nos oficiais dessa faixa. Enquanto que, registra João Alberto, os oficiais em faixa etária superior e hierarquicamente situados em posições mais altas, mesmo opondo-se a Bernardes, insistem na manutenção da legalidade e desestimulam o radicalismo da jovem oficialidade.

Queremos crer que essa referência de João Alberto seria útil a estudos do período 1922/1930, quando enfocados em termos geracionais.

Quanto ao 5 de julho de 1922, João Alberto faz a consideração, sem explicações maiores, de que por culpa de uma chefia inepta, fracassou "um movimento revolucionário de grande envergadura que poderia ter transformado, desde 1922, o panorama geral da política do Brasil". (p. 20)

Infelizmente, a referência feita à "inícia da chefia" do movimento revolucionário, não é acompanhada por nenhuma explicitação. Mas, mesmo assim, pode se constituir num campo a explorar. É possível, a partir daí, perceber que a movimentação iniciada com o 5 de julho teve uma chefia não aceita unanimemente por todos os revolucionários. E, seguindo por essa linha, ten

tar localizar as reações à chefia e buscar a caracterização dos motivos que fizeram a existencia de uma variação de posições, por parte dos revolucionários, quanto aos chefes do movimento.

Ainda em relação aos acontecimentos do Forte de Qupacabana, João Alberto registra em primeiro plano as figuras de Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado, Mário Carpenter e Otávio Correa. Embora refira-se ao heroísmo de "muitos outros", não acrescenta nenhum outro nome na movimentação do 5 de julho.

Voltamos a mencionar aqui, a posição de João Alberto, quanto à importância de 1922 como motivação para uma solidariedade que determinou os acontecimentos de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Consideramos bastante aceitável a força da solidariedade impulsionando os acontecimentos de 1924, mas queremos crer que outras forças de peso igual ou maior aí também atuaram. De todo modo, a colocação de João Alberto de referência ao assunto põe-se também como um ponto a explorar.

Ainda no tocante ao 5 de julho, é mostrado por João Alberto que a prisão dos implicados no movimento favoreceu a ampliação da conspiração e contribuiu para garantir a seqüência de movimentos semelhantes. Diz ele: "cinco meses de detenção fizeram de mim um bom revolucionário. O convívio, na prisão com outros oficiais mais esclarecidos em política, ensinou-me muita coisa." (p. 21)

João Alberto não acrescenta muita coisa mais sobre os acontecimentos de 5 de julho de 1922.

JOAQUIM TÁVORA

No seu período de prisão, João Alberto trava conhecimento com o Cap. Joaquí Távora e suas Memórias trazem algumas informações sobre o mesmo. É apontada por João Alberto a posição de liderança que é assumida por Joaquim Távora em relação aos seus companheiros de prisão.

Segundo João Alberto, a liderança de Joaquim Távora era indiscutível e incontestável para os seus companheiros de detenção. Além da aptidão natural para liderar, o Cap. Távora conquista os companheiros por sua capacidade de argumentação e de ensino.

Para João Alberto, Joaquim Távora preparou politicamente os "oficiais jovens e bisonhos em política" que privavam com ele na prisão.

Diz, em suas Memórias sobre Joaquim Távora: "socialista ardoroso, explicava-nos os acontecimentos políticos à luz da economia."

.....

Já preparava, nessa época a próxima revolução. Explicava as razões do insucesso do movimento de 5 de julho e prometia outra atuação para o futuro". (p. 21)

João Alberto faz ainda algumas outras referências ao Cap. Joaquim Távora; de modo acentuado ele o considera o preparador do movimento de 1924 e o elemento mais atuante da conspiração entre os militares. Além disso, mesmo colocando como chefe do Levante de São Paulo o Gal. Isidoro Dias Lopes, João Alberto insiste em que o comandante efetivo do movimento era em verdade o Cap. Távora, chefe do Estado Maior Revolucionário.

Mesmo sendo poucas as informações dadas sobre o Cap. Joaquim Távora, acreditamos que as referências a ele feitas por João Alberto sejam de valia para quem se proponha a al gum estudo sobre o referido capitão.

O levante de 1924

Em Alegrete (R.G.Sul) João Alberto tem notícia do levante de São Paulo a 5 de julho, exatamente dois anos após o episódio do Forte Copacabana. Registra a adesão ao levante nas cidades gaúchas de Uruguaiana, São Borja, São Luis e Sto. Angelo. Mostra Alegrete, cidade onde residia, como um "setor de pouco relevo, dentro do quadro revolucionário do Rio Grande do Sul".

Assim descreve a situação local: "Passamos três meses aflitos, na agonia da espera. A conspiração no Rio Grande do Sul, como em outros Estados, tinha altos e baixos. Cada guarnição, no temor do primeiro passo, aguardava que a outra se decidisse a agir. Os oficiais jovens estavam prontos para a lu ta. Mostravam-se porém as altas patentes, inquietas com o desenrolar dos acontecimentos em São Paulo. Os revolucionários ha viam abandonado a capital, retirando-se para o interior do Estado do Paraná, em busca de uma posição mais segura que lhes permitisse resistir, na expectativa de novas e prometidas adesões.

"O bravo Joaquim Távora - bandeira, cérebro e al ma do movimento em sua fase inicial - morrera como héroi, em consequência de ferimentos em combate, e o comando parecia fra co. A situação dos revolucionários, localizados finalmente na

região do Iguazu, agravava-se dia a dia. Era necessário apressar o levante no Rio Grande a qualquer preço." (p. 23 e 24)

A descrição acima fornece, a nosso ver, informações bastante interessantes: mostra a inconsistência da articulação de um movimento pensado em termos nacionais; evidencia a fraqueza do comando do movimento; insiste na diversidade de posição entre os "jovens oficiais" e as "altas patentes."

É registrado por João Alberto o início da adesão ao levante de São Paulo pelo Rio Grande do Sul, em 29 de outubro. Uruguaiana, São Borja, São Luis e Sto. Angelo têm suas guarnições sublevadas e preparam-se para marchar para Alegrete. Nesse instante, João Alberto recebe sua primeira missão como revolucionário: "a notícia alarmou a cidade. Os revolucionários marchavam para Alegrete e era preciso destruir sem perda de um instante a ponte de Capivari a fim de cortar as comunicações ferroviárias com Uruguaiana. Foi indicado para essa missão pelo chefe militar de Alegrete, revolucionário como eu, que dessejava um contato imediato com os revoltosos. Tínhamos elementos suficientes para organizar também um levante em Alegrete, mas oficiais superiores, mais cautelosos, achavam que melhor seria procurar o apoio da tropa que marchava sobre a cidade. Diziam elas que, desse modo, não haveria reação dos elementos legalistas. Não correria sangue." (p. 24)

A informação de João Alberto traz dois dados significativos: a presença de um chefe militar revolucionário (infelizmente, sem nomeá-lo, nem caracterizar sua condição revolucionária) e a preocupação de assumir a atitude revolucionária de maneira incruenta. Quanto ao segundo dado, mais uma vez apresenta-se a posição diferente entre os jovens oficiais e a

oficialidade madura: enquanto os primeiros propõem o levante imediato, admitindo a luta em decorrência da reação dos legalistas, os últimos preferem aguardar a entrada da tropa na cidade, vendo nessa espera a possibilidade de impedir o derramamento de sangue.

De referência aos legalistas no Alagoas, é possível verificar em João Alberto que a polícia estadual mantém uma posição francamente anti-revolucionária. Posição que conta com o apoio de alguns tenentes do Exército. Refere-se João Alberto especificamente ao Tenente Sarré, reconhecidamente legalista, "considerado valente e fiel ao governo". (p. 26)

Cabe aqui a observação de que é reconhecida por João Alberto a existência de tenentes anti-tenentismo.

Dá notícia João Alberto da adesão de civis ao levante militar na região de fronteira do Rio Grande do Sul. Referindo-se à adesão de civis, dá valiosas informações sobre Honório Lemos e sua participação no movimento. Além de indicações biográficas sobre o mesmo, em torno de sua figura tece considerações sobre a dificuldade dos revolucionários civis em adaptar-se a disciplina e à chefia militar. É Honório Lemos, (que se intitulou general) quem assume o comando da tropa civil, mais disposta a aceitar o comando de um velho caudilho, que o de "jovens fardados". É o próprio Honório - o diz João Alberto - "embora nos tratasse com extrema cortesia, dava pouca atenção às recomendações e conselhos que nós, do Exército, lhe fazíamos. Juntamente com outros oficiais, tentei insinuar-lhe a necessidade de um melhor serviço de segurança e induzi-lo a organizar um Estado Maior. Depois de nos ouvir paternalmente e em silêncio, ele limitou-se a aconselhar ao Maj. Juarez Távora

que não usasse esporas, por ser um mau cavaleiro." (p. 39-40)

O trecho acima, mostra o pouco caso do grupo civil em relação ao comando militar. É bem verdade, que os civis que aderem ao movimento do Rio Grande não lutam pela mesma causa que os militares; por vezes e geralmente em maioria desconhecem a verdadeira motivação revolucionária dos militares. Usando Honório Lemos como exemplo, vemos que a adesão de grande número de civis ao movimento de 1924 é em função dos acontecimentos estaduais de 1923. O "velho caudilho" lutara contra Borges e, quando adere ao levante militar, apenas prolonga sua rebelião do ano anterior; mesmo aderindo aos tenentes, sua revolução não é a deles: no esquema revolucionário dos militares, ele e seus homens têm seu esquema revolucionário particular.

Acreditamos que em todo desenvolvimento da movimentação tenentista casos outros, semelhantes ao de Honório Lemos e seus gaúchos, tenham ocorrido.

Em verdade os civis aderem ao movimento por motivações próprias que necessariamente não são coerentes com as motivações dos militares. Acrescentamos, ainda, que, por informação de João Alberto, não nos pareceu preocupação dos militares transmitir suas motivações aos civis, havendo apenas citação da necessidade de uma organização militar que congregasse todos os revolucionários independente de seus matizes.

Importante para o estudo do levante de 1924 no Rio Grande do Sul é a descrição detalhada, que João Alberto faz, do deslocamento da tropa revolucionária pelo Estado, das condições de munições e mantimentos, da organização tática, etc.

Ainda encontramos em João Alberto descrições dos combates entre as tropas revolucionárias e as legalistas e o

registro da evasão de revolucionários após as derrotas impostas pelas forças legais. São valiosas as informações sobre o cerco de Itaqui onde estava sediada a tropa revolucionária sob o comando de Siqueira Campos.

Fornece João Alberto informações sobre São Luís das Missões, na sua condição de quartel general das forças revolucionárias no Rio Grande do Sul. A respeito de São Luís, transcreveremos aqui um trecho de João Alberto que nos parece da maior significação: "São Luís era integralmente simática à revolução. O levante do 3º Regimento operava-se facilmente sem o menor contratempo, por unanimidade, quase que por aclamação. Cansado do abandono em que vivia, do desinterêsse do governo pela aspiração mínima de uma bica d'água, o povo estava por tudo. Abraçava a causa revolucionária esperando uma chance de vitória, qualquer coisa de novo, - ou mesmo como protesto, para ficar a favor do "contra". (grifo nosso) (p. 51)

A significação do trecho transcrito, para nós, é bem nítida: dá a idéia da distancia em que estava o povo do sentido da causa revolucionária - não a conhecia, nem tinha a preocupação de conhecê-la - o descontentamento porém, com um Poder que o ignorava era do conhecimento de todos. O que estava não devia continuar; não importava saber o que viria; não cabia, nem como discussão, tratar a decorrência dos acontecimentos. O fato de ser contra o que estava, fazia por merecer a poio.

A informação dada por João Alberto, sobre o ficar a "favor do contra", de São Luís, pode se constituir numa linha de investigação, não só quanto ao apoio popular ao levan

te no Rio Grande do Sul, como também em outras áreas brasileiras no período 1922/1930.

Em São Luís das Missões, João Alberto registra a presença das seguintes companhias sublevadas: o 3º Regimento de Cavalaria, o 1º Batalhão Ferroviário e o 2º Regimento de São Borja, informando as condições de cada uma delas. Registra, ainda, sem maiores considerações, o significativo aumento de revolucionários em São Luís pela grande quantidade de fazendeiros e peões que aderem à tropa ali sediada.

Importante notícia sobre São Luís, nos dá João Alberto, quando registra o encontro dos comandos revolucionários para traçar os planos da Revolução. Em São Luís reúnem-se João Alberto, Prestes e Siqueira Campos e, estabelecem os planos de uma marcha por todo Brasil: "arquitetamos o esquema da Coluna que atravessaria o Brasil de Sul a Norte e de Norte a Sul, numa gloriosa marcha de 24 mil quilômetros." (p. 56)

Estabelecendo os planos para a marcha, João Alberto se omite quanto à definição de suas possibilidades e eficiência diante da realidade nacional e do ideal revolucionário enquanto que define a Coluna como uma "gloriosa marcha de vinte quatro mil quilômetros". Observe-se que se iniciar uma marcha através de uma tal extensão territorial, definindo-a desde logo como "gloriosa", foge a um sentido prático que a mesma poderia ter, e não ser quando se visa demonstrar a glória do heroísmo implícito em um movimento que de início se revelaria inconsistente em suas finalidades práticas.

Seria válido um estudo comparativo de tais aspectos da Coluna mencionados nas "Memórias", e outros trechos em que João Alberto se reporta às posições de Prestes.

Tínhamos por idéia exemplificar a viabilidade de uma interpretação a partir dos trechos selecionados e de acordo com temas básicos escolhidos a priori. A seleção dos temas básicos e dos trechos de fundamentação para a interpretação não se fez obedecendo a um rigoroso critério científico que caracterizasse um julgamento preciso de temas e interpretações. Tentamos apenas demonstrar a viabilidade de utilização do autor, o que nos permitiu uma liberdade de seleção e interpretação a partir dos trechos selecionados.

Claro é que, numa situação de utilização de uma bibliografia como a aqui exemplificada para funcionar como fonte secundária, o historiador não se permitirá a liberdade de agir como procedemos, devendo se limitar à estrita metodologia que a História utiliza.

A COLUNA

Das suas memórias, João Alberto dedica a maior parte a um alentado depoimento sobre a Coluna e, especificamente à atuação do 2º Destacamento.

Os informes sobre a Coluna fornecem uma importante descrição do roteiro seguido, das perseguições sofridas, da recepção à mesma em todos os locais percorridos e dos efeitos da marcha sobre o governo e a opinião pública.

Mencionamos, ainda, que João Alberto registra alguns fatos corriqueiros, detalhes do cotidiano que podem ser utilizados para caracterizar a ambiência da Coluna durante a marcha pelo Brasil.

Pelo depoimento de João Alberto é possível perceber como a idéia da Coluna foi ainda uma decorrência do idealismo que caracterizou o movimento dos Tenentes. A constatação é possível na medida em que, os registros mostram as condições insuficientes em que a Coluna se pôs em marcha, carecendo das mínimas condições necessárias à campanha militar que pretendia.

Evidente que o depoimento de João Alberto sobre a Coluna não escapa a uma certa parcialidade e não cobre todas as informações sobre a mesma mas, de qualquer sorte, isto não invalida a importância da fonte e, ainda assim; o material oferecido por ele é em razoável quantidade.

Um dado a registrar é que em nenhum momento, João Alberto titula a Coluna. Em outras "memórias" e em "depoimentos" outros a Coluna vem sempre titulada ou "Coluna Prestes" ou "Coluna Miguel Costa - Prestes", porém nas memórias de João Alberto nenhuma das titulações aparece.

As informações de João Alberto sobre a Coluna iniciam-se dando o começo da marcha - Natal de 1924, saindo do Rio Grande do Sul a distribuição dos comendos pelos destacamentos e em toda a trajetória da Coluna pelo Rio Grande - ele faz uma completa descrição da paisagem.

Precioso é o seu comentário sobre ela, nos momentos iniciais da marcha: "a Coluna, afinal não passava de um ajuntamento de revolucionários. Aglomeravam-se ali homens de diversos rincões gaúchos, - para quem a luta de agora era um prolongamento da revolução estadual do ano anterior, - e militares sublevados contra o governo. A maioria lutava pelo gosto da aventura, porém, como nós, revolucionários de 1922, com um ideal de liberdade e evolução política bem acentuado." (p. 62)

Repousemos a importância do comentário em dois aspectos: primeiro na caracterização da coluna como um abrigo para qualquer tipo de descontentamento, o que implica na ausência de uma consciência da causa que determinava a existência da Coluna; em segundo lugar vemos a possibilidade de, num desdobramento do comentário de João Alberto, serem utilizados vários indicadores que comparados a indicadores existentes em outras fontes, permitam esclarecimentos sobre questões várias referentes ao período.

Além de outros, merece comentário a constatação de que a "maioria dos que lutavam o faziam pelo gosto da aventura", mesmo que surja como ressalva a existência de um "ideal de liberdade e evolução política". A ressalva não anula o caráter inconsciente da participação de muitos na luta, que é tomada como uma aventura, o que em nenhuma situação se ajusta a um ideal de liberdade, que envolve uma cons-

ciência de ações praticadas com um determinado fim, e evolução política, inimaginável sem uma sólida tomada de posição - diante dos fatos a partir de um julgamento criterioso das variáveis interverementes.

As adesões à Coluna, João Alberto mostra, são de motivação as mais variadas, principalmente as adesões quáchas: algumas em função da oposição a Borges de Medeiros, outras tão somente pelo gosto da luta e ainda outras como a do negro Henrique, diz João Alberto. "Ao anoitecer fui abordado por um negro alto, que dizia chamar-se Henrique. Pediu-me para procurar, na cavalhada do Destacamento, uma mula de sua propriedade, de nome "Mimosa". Não lhe criei obstáculos. Ele não tardou, porém, a voltar, desanimado com a busca infrutífera. Deixou-se ficar perto do fogo, tomando um chimarrão. E foi contando o seu caso com simplicidade. Não era revolucionário, nem queria saber de briga. Fazia o transporte regular da mala do correio de Sto. Ângelo para São Luis - quando encontrou um piquete de revolucionários que lhe tomou o animal da carroça. Desesperado com a perda do único bem - que possuía e ao qual se afeiçoara, resolveu incorporar-se ao grupo do velho Balduino, contando, sempre, recuperá-lo." (p. 63)

O negro Henrique acompanha toda a luta da Coluna, sem em nenhum momento participar da Causa; sua preocupação é lutar para sobreviver e encontrar sua "Mimosa", por certo perdida no meio da cavalhada. Outros casos de adesão à Coluna tem motivos semelhantes ao do negro Henrique, o que dá margem à que possam ser procedidos estudos sobre a composição - em termos de motivação - da Coluna.

Registra João Alberto o primeiro combate da

Coluna, em Ramada, com uma tropa regular do Exército. Apesar de vitoriosa, a Coluna pagou por essa primeira vitória preço muito alto: "Vitória cara, pagamos por ela um preço alto. Tivemos naquele dia quase cinquenta mortos e cerca de 100 feridos. O 2º Destacamento, que sofrera mais de metade das baixas da Coluna, perdera em quatro horas de combate vinte e oito homens mortos e sessenta feridos. Entre os mortos contavam-se três capitães comandantes de companhia e cinco oficiais subalternos. O resto do Destacamento, pouco mais de duzentos homens, mal chegava para ajudar o transporte dos feridos.

.....

A Coluna não tinha serviço de ambulância, nem aparelhos cirúrgicos, nem medicamentos. Havia apenas entre nós um médico, o Dr. Ataíde, e um veterinário, o Tenente Aristides. As padiolas improvisadas ali mesmo, no campo de luta, com galhos de árvores e cobertores, eram incômodas para os feridos e difíceis de transportar. Prosseguindo em marcha noturna, depois de jejuarmos o dia inteiro, cansados e abatidos, tivemos que ir deixando os feridos de padiola nas fazendas - que encontrávamos pelo caminho e cujos donos os aceitavam." - (p. 66)

A descrição das consequências do primeiro combate da Coluna, indica a forte dose de idealismo que determinou a marcha, fazendo mesmo, fossem esquecidos os dados de ordem prática que dariam infra-estura à campanha. O mesmo idealismo manifesto nos acontecimentos dos 18 do Forte aparece na marcha da Coluna, o que permite apontar na movimentação tenenista uma forte tônica de idealismo revolucionário e a quase ausência do prático da Revolução.

Em janeiro de 1925, a Coluna vai sofrer dois problemas: o primeiro de ordem estratégica - a necessidade - de substituir o combate regular pela guerrilha; - o segundo, o da deserção.

De referência à mudança de tática, o problema se constituirá pela dificuldade de convencer os gaúchos civis da necessidade da guerrilha. Quanto ao segundo problema mencionado, refere-se à perda de quase mil homens, quando a Coluna atinge Barração (cidade fronteira com a Argentina) à margem esquerda do rio Uruguai: "Quase mil homens abandonaram a luta, passando para o estrangeiro. Assistimos àquela debandada com mágoa, mas sem revolta. Não fugiam. Despediam-se de nós como se aquilo fosse coisa muito natural.

A Coluna sofria resignada sua primeira grande provação. Se conseguíssemos resistir sem desânimo àquele êxodo, poderíamos olhar confiantemente para o futuro. Os que ficassem estariam dispostos a ir até o fim." (p. 67)

Pela própria ausência de uniformidade de causa entre os componentes da Coluna, não nos parece surpreendente a deserção ocorrida. A despedida natural dos que emigravam para o Estrangeiro comprova a ausência de compromisso - destes com uma causa, que praticamente ignoravam. A informação dada por João Alberto a respeito da questão nos parece - da maior utilidade, não só para caracterizar uma fase a proximidade dos laços entre os seus componentes, como também para, prosseguindo a partir daí, chegar a precisar os movimentos - em termos de contingente - de fluxo e refluxo.

Na caminhada para a fronteira do estado de Santa Catarina, João Alberto registra um contingente de mil e poucos homens, já organizados de modo mais seguro. Observa:

"a Coluna está agora, porém, constituída em bases sólidas. Os homens que nos acompanhavam tinham suportado embates duríssimos da fortuna e mostravam-se com ânimo forte. Os três destacamentos enquadraram toda a tropa civil que permanecera e a estima e a camaradagem, a confiança recíproca nasciam entre nós, para cedo se transformar em mútua dedicação.

O 2º Destacamento, que havia sofrido as maiores baixas no combate da Ramada, recebeu o mais numeroso contingente de paisanos. No meu fogão acampavam, agora, além de Nestor Veríssimo, o Cel. Luis Carreteiro, o Cel. Favorino, o Maj. Barros, veteranos da revolução de 1893, além de outros chefes, menos graduados. Eu me via cercado de um vistoso Estado Maior, cheio de ciúmes e susceptibilidades, que representava nas horas de calma um verdadeiro trembolho. Os homens pertencentes aos grupos dessas "altas patentes" foram reunidos aos pelotões e sujeitos a disciplina militar, sob as ordens dos civis que tinham revelado melhores qualidades de comando.

Soldados e paisanos sentiam-se agora irmanados no mesmo ideal, mantendo espírito de unidade e confiando cegamente no chefe. Minha autoridade dentro do Destacamento era absoluta. Não tive, desde aquele momento até o final da marcha da Coluna, um só instante de aborrecimento com a minha gente e creio que não lhe causei decepções." (p. 68)

O trecho transcrito define um momento em que, para João Alberto, a Coluna está definitivamente organizada: civis e militares ligaram-se decisivamente; os paisanos já não discutem a chefia dos jovens militares; civis assumem com a concordância dos militares postos de comando; existe na tropa uma "irmandade no mesmo ideal." Em resumo, foram dadas bases sólidas à Coluna.

Cabe aqui, porém, um ponto a levantar: segundo a colocação de João Alberto, à altura do Estado de Santa Catarina, a Coluna já é uma entidade definitivamente organizada - mas, mesmo aí, o que é ressaltado é a "estima", a "camaradagem", a "mútua dedicação" entre companheiros. Não aparece, mesmo quando na consideração da "irmandade no mesmo ideal", a precisão da causa nem a solidez da Coluna em torno da causa. Em vista das informações de outros depoimentos, o trecho de João Alberto é da maior validade para qualquer definição do sentido da causa entre os homens da Coluna.

Importante informação, para verificar a opinião popular sobre o Exército, é a referente à chegada da Coluna à colônia alemã de Porto Feliz: "antes que tivéssemos atingido o local de onde deveríamos atravessar de surpresa o rio Uruguai, encontramos o Sr. Baker com uma comissão que nos vinha receber em nome da colônia de Porto Feliz. Todo o esforço que despendêramos naquela marcha louca procurando ocultar-nos fôra inútil. A notícia de nossa aproximação havia passado rapidamente de morador a morador até chegar à Colônia. O Sr. Backer tinha o aspecto tranquilo e falava comigo num português precário, quase sentimental, com palavras de consideração. Queria receber-me em sua casa. Não era político. Estava no Brasil há alguns anos apenas e confiava em nós, oficiais do Exército." (p. 71) (grifo nosso).

É bem verdade, que o trecho é insuficiente para generalização, porém vale como um dado sobre a recepção popular à Coluna, nesse caso positiva, e, em decorrência de uma certa visão quanto ao Exército. Por outro lado, as linhas que se seguem ao trecho transcrito fornecem algum material para estudos sobre a instalação alemã no sul do país.

Essa afirmação também se presta a indicação da possibilidade de serem realizados estudos a respeito da recepção da Coluna pelas colônias estrangeiras, levando-se em consideração que elas devem ter firmado uma posição, mesmo que não expressa formalmente, diante da estrutura político-administrativa do país que deve apresentar pontos divergentes da estrutura dos países de origem dos colonos.

Tal estudo poderia indicar algumas condições sob as quais se desenvolve a marcha da Coluna pelos estados do sul, onde há uma concentração do colono imigrante.

João Alberto dedica um longo trecho das suas memórias aos combates com os "provisórios" no Rio Pardo e em toda a marcha para Clevelândia. Além de registrar, com detalhes, a rendição de Catanduva às forças legalistas, enfatizando a bravura nos combates anteriores à rendição dos revolucionários Estilac Leal, Nelson de Melo e Fellinto Müller. Embora esses trechos forneçam informações úteis, constituem um dos momentos das "Memórias" de João Alberto mais carregados de conotações pessoais, exaltações emocionais e, chegaríamos mesmo a dizer, de fortes indícios de parcialidade.

Registro que não poderia aqui faltar é o que diz respeito à concentração da Coluna em Sta. Helena. Nas informações sobre a Coluna nesse local João Alberto refere-se a uma reunião convocada por Prestes: "Prestes reuniu novamente como fizera em S. Luiz antes do começo da marcha, todos os oficiais do Exército e comandantes de unidades. Além de nós, integrantes da Coluna e seus companheiros, achavam-se em Sta. Helena e Juarez Távora que depois do desbarato das forças do General Honório havia emigrado para o Uruguai e através da Argentina atingido Iguazu; o Miguel Costa, bravo Major da Força Policial-

de São Paulo que desempenhara papel relevante e se achava investido do comando das operações no Paraná comissionado em General; os capitães Djalma Soares Dutra e Paulo da Cunha Cruz; o Tenente Ari Salgado Freire, além de outros oficiais do Exército e da Força Pública de São Paulo, bem como vários civis comissionados em oficiais da revolução." (p. 85)

.....

"O ruído da fuzilaria ecoava em Santa Helena - dia e noite, cada vez mais próximo. Nós da Coluna e os remanescentes do movimento de São Paulo tínhamos agora que decidir definitivamente dos destinos da revolução. O dilema era claro. Capitular ante as Forças legalistas ou invadir o Paraguai para o Estado de Mato Grosso e prosseguir na luta.

A decisão foi unânime. Invadiríamos a república vizinha sem agressão indenizando os prejuízos porventura - causados e respeitando integralmente a propriedade privada. Cuidamos também da reorganização do mando e do reagrupamento das tropas. O Major Miguel Costa, comissionado em General, ficou investido no comando da Coluna, passando Prestes como Coronel, para chefe do Estado Maior Revolucionário. Foi criado também um novo Destacamento, o 4º, com a tropa de Iguazu, sob o comando do Capitão Djalma Dutra, comissionado, como nós em Tenente Coronel. Os oficiais sem função nos Destacamentos incorporaram-se ao Estado Maior de Prestes como seus assistentes. Tudo isto foi publicado em ordem do dia assinada pelo Gal. Miguel Costa que gostava de deixar escritas as decisões do Comando. A reunião começara às 11 horas da noite e terminara às 2 da manhã". (p. 85/86)

A transcrição aqui feita fornece informações valiosas; aponta a volta de Juarez Távora a Coluna, e a presença

de outras figuras importantes do período na reunião que decidiu pelo prosseguimento da Coluna. Vale notar que João Alberto não indica nenhuma posição tomada a favor da dissolução da mesma; mostra o momento da maior pressão das forças legalistas no sul do país; mostra o esquema de comissionamento e promoções entre os oficiais da Coluna além de caracterizar o instante em que Miguel Costa assume o comando da marcha ao tempo em que Prestes assume o seu mais alto posto no esquema revolucionário.

Não temos dúvida que tais informações das "Memórias" de João Alberto, são de valia, tanto para trabalhos sobre a Coluna como também para complementarem dados para estudos sobre os elementos do comando revolucionário.

Para a realização de trabalhos sobre a Coluna nota-se, no trecho citado, como em toda a descrição de João Alberto, a ausência de uma informação valiosa em torno da estrutura interna da marcha. Cita o autor a decisão unânime dos revoltosos de invadir o Paraguai "indenizando os prejuízos porventura causados." Ao estudioso despertará atenção o fato dos revoltosos verem possibilidade do pagamento de indenização, o que faz supor a existência de recursos que para isto poderiam ser destinados. É fato que uma organização como a Coluna necessita de realizar despesas decorrentes de suas necessidades, sendo, portanto, necessário dispor de bens que possam cobrir as necessidades. Como teria a Coluna solucionado os seus problemas financeiros, a tal ponto que se propõe a promover indenização de guerra? Seria esta uma decisão unânime mas inconsequente?

Ainda de referência a Santa Helena, João Alberto registra o embarque do 2º Destacamento no navio brasileiro

"Assis Brasil", procurado no porto da cidade e com destino ao Paraguai. São poucas as informações de João Alberto sobre a reação paraguaia à penetração das tropas da Coluna; menciona apenas o encontro com uma tropa de fronteira, cujo comandante tentou impedir a passagem da Coluna. Registra João Alberto - que após conversar com o capitão paraguaio, ele permitiu a travessia mediante um termo de compromisso (não definido no livro) assinado por João Alberto. Em dois dias o 2º Destacamento atravessa o território paraguaio e novamente interna-se em terras brasileiras.

João Alberto registra um combate com vitória - para a Coluna na localidade de Panchita. Vitória que garante à Coluna caminhões, tomados à tropa legalista que são utilizados na marcha por Mato Grosso.

Em maio, João Alberto registra a primeira ofensiva da Coluna sobre tropas legalistas: "na madrugada de 10 de maio, depois de dia e meio de marcha forçada, atacamos os seus postos avançados. Com uma carga de cavalaria dada pelas tropas civis do coronel Luis Carreteiro, do Coronel Benício e do Capitão Preto tomamos as alturas que dominavam o acampamento - fazendo uma centena de prisioneiros. Logo instalei duas metralhadoras pesadas abrindo fogo e causando confusão no meio inimigo. Havia ali, aos meus pés, mais de dois mil soldados que poderiam ser batidos ou mesmo aprisionados se eu dispusesse, pelo menos, de quinhentos homens. Infelizmente, porém, eu só - contava então com duzentos pois havia deixado forças guardando pontos importantes à retaguarda a fim de assegurar as ligações com a Coluna. Apesar do pânico causado pelo nosso ataque não nos foi possível explorar o sucesso. Duas companhias de metralhadoras pesadas do adversário, atirando febrilmente, detinham

a nossa progressão. A tropa do governo, constituída de dois Regimentos de Cavalaria e um Regimento de Infantaria, que chegara do Rio de Janeiro no dia anterior, era comandada pelo Coronel Bertoldo Klinger, oficial competente e no momento cheio de ardor legalista." (p. 93)

O combate aí mencionado por João Alberto, embora tenha favorecido em termos de vitória ao 2º Destacamento - cria problemas sérios para a tropa: muitas baixas, atraso na articulação com os outros destacamentos, etc.

O trecho transcrito suscita algumas indagações, que João Alberto em nenhum momento de suas Memórias responde: como as condições bélicas da Coluna melhoraram a ponto de contar com as metralhadoras pesadas nesse combate? Há significação no "momento cheio de ardor legalista" de Bertoldo Klinger?

Mencionamos as indagações, por considerar que uma parte é utilizável tanto quando ela informa para responder a perguntas do estudioso, quanto é capaz de sugerir indagação ao estudioso.

Vamos encontrar uma nova notícia de combate - travado pela Coluna, quando, próximo a Goiás, defronta-se novamente com as forças de Bertoldo Klinger que, para João Alberto: "prometia agora acabar com a revolução, dar fim ao movimento libertador que explodia violento em todas as almas livres brasileiras das quais nós éramos a encarnação e a resistência." (p. 102)

Quando da travessia de Goiás, João Alberto teve consideração sobre o apoio dado à Coluna que nos parecem - possíveis de contestação, mas que constituem um excelente dado de comparação com outras fontes: "Nossa Coluna simbolizava

os anseios liberais do povo e não podia ser batida pelos profissionais e oportunistas da legalidade.

A popularidade da revolução tornava-se cada vez maior. Marchando sempre para evitar combates desvantajosos, a Coluna levava por onde passava a propaganda dos princípios de respeito à liberdade e da verdade eleitoral e também o protesto contra o descalabro administrativo reinante no País.

Por onde passávamos havia uma onda de adesões. Poderíamos ter nossos efetivos duplicados se quiséssemos, mas a falta de armamento e munição não nos aconselhava a aumentar o número de nossa gente. Aceitávamos apenas os voluntários necessários para o preenchimento dos claros verificados periodicamente.

A colaboração espontânea que encontrávamos do lado do povo devíamos grande parte da segurança da Coluna. Tí^hnhamos boas informações do adversário e guias em abundância, - conhecedores do terreno." (p. 102) - grifos nossos -

As informações contidas no trecho podem ser amplamente discutíveis: discussões que poderiam centralizar-se nas referências por nós grifadas. Não podemos deixar de considerar em que extensão, em relação a pessoas e camadas sociais, a Coluna efetivamente "simbolizava anseios liberais." - Como também consideramos um caminho de investigações e, aí reside a utilidade do informe, o crescimento da popularidade da revolução.

Certamente, eis um momento num livro de "Memórias" em que o estudioso deverá estar atento para o tipo de sentimento que dá ao autor condições de expressar idéias plenas de afetividade. Na citação parecem-nos claras situações emocionais as referências as que simbolizava a Coluna, vez -

que, além de a intitular "nossa", João Alberto se despreocupa do toda uma contingência em que se insere a marcha.

Ainda em Goiás, João Alberto registra a vitória sobre as tropas de Bertoldo Klinger nas proximidades de Anápolis. Após a vitória em Anápolis, a Coluna pretendia recobrar forças e, atravessando o Brasil Central, atingir os estados nordestinos onde "eram esperadas muitas adesões."

João Alberto faz algumas novas considerações sobre a Coluna, que consideramos importante registrar: "Tínhamos passado, desde os primeiros levantes no Rio Grande do Sul, por três fases. A princípio, apesar da precariedade de nossas forças, queríamos lutar e vencer no Rio Grande. Depois, em consequência de vários insucessos, planejamos reunir-nos aos paulistas que resistiam na região do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

Por fim, havíamos concebido a luta de movimento através do Brasil com o único objetivo de não deixar morrer a revolução pela qual tantos dos nossos companheiros haviam dado a vida.

Raciocinando friamente, cada um de nós, oficiais ou praças sabia ser impossível a vitória. Quando reunidos, porém, jamais confessávamos um para o outro nossos sentimentos. Havia sempre uma interpretação nova para as causas velhas já sabidas. Um discurso feito por um deputado no Congresso, ou mesmo um simples artigo de jornal que nos chegava às mãos com meses de atraso, bastaria para nos alentar as forças. Para nós aquilo era uma questão de resistência. O Dr. Artur Bernardes, governando no regime do terror, sempre em "estado de sítio", tornara-se muito vulnerável. As prisões cheias de oficiais e civis eram indício de um estado permanente de agitação.

A Coluna transformara-se num símbolo de resistência. Nossa vitória consistia em não nos deixar abater. Tínhamos sido submetidos a duras provas até então. Segundo o nosso conceito de luta estávamos vitoriosos, porque chegáramos aonde queríamos. O combate de Anápolis havia fechado com chave de ouro mais uma fase da luta armada. Agora pouco tínhamos a temer dos agentes governistas. Dentro da imensidão do Brasil desconhecido, sem meios de transporte nem comunicações as forças do Governo equiparavam-se praticamente as nossas, na eficiência da luta." (p. 115/116)

Pela primeira vez, João Alberto manifesta com esse trecho de suas memórias, a descrença na vitória revolucionária. A Coluna, anteriormente "símbolo de resistência", no país agitado pelo governo Bernardes. Importante é a comparação feita por João Alberto da equivalência de fraqueza entre as tropas revolucionárias e as legais.

Importante é também comparar o objetivo de "não deixar morrer a revolução" com citação anterior, em que se decide pela realização de "uma gloriosa marcha". Claro que os sentimentos que presidem as duas afirmações não são os mesmos nem concordantes, revelando, ainda que não se trate de um diário, mudança de disposição ao sabor dos acontecimentos.

O trecho informativo, embora pouco elucidativo da real situação do país, tem sua utilização não só para estudos sobre a Coluna - dando a caracterização da mesma por um de seus membros - como também para situar mudanças de posição de elementos envolvidos nos acontecimentos do período 1922/1930.

Na marcha da Coluna para o Norte, o caminho escolhido levava à travessia dos Estados de Minas Gerais e Ba-

hia, passando anteriormente pelo planalto central de Goiás. - Nessa caminhada João Alberto não registra combates com as forças legalistas; menciona apenas encontros com "grupos de fazendeiros que não conhecendo o valor da Coluna, combatiam defendendo seus cavalos." (p. 123) Por essa informação de João Alberto, fica a dúvida quanto a popularidade da Coluna, mencionada anteriormente, apesar de que, referindo-se a fazendeiros, seja possível aventar que os ataques não tinham por motivo maior apenas a defesa de cavalos...

"A Coluna levou mais tempo na região de Goiás, do que anteriormente fora previsto. E, antes de atingir a Bahia, percorre outras áreas do Nordeste. Em novembro de 1925, João Alberto registra a presença da Coluna no Maranhão, onde noticia também novos combates. Assim descreve João Alberto a situação dos homens da Coluna no Maranhão: "sentimos a firme vontade de lutar pelas franquias democráticas, pela liberdade de pensamento, pela verdade eleitoral, contra a corrupção em todas as suas formas e contra a prepotência dos governos. Firmamos nossos princípios e escrevemos cartas que mandamos por gente de confiança aos nossos amigos. A Coluna que já tinha uma organização militar sólida era, agora, um centro de irradiação de ideais políticos." (p. 130)

Nesse trecho João Alberto, define de maneira mais específica os objetivos de luta da Coluna e noticia também a articulação dos homens da coluna com os partidários da revolução, que não estavam na marcha. A Coluna passa a ser além da campanha militar organizada o centro irradiador da idéia revolucionária. A informação, fora de qualquer dúvida, tem consistência, pode motivar discussões, o que insistimos é válido para o trabalho historiográfico e importante também é

que possibilita ver como pensava um elemento da Coluna sobre o efeito que ela podia produzir. Note-se que é nossa preocupação afirmar que o trecho possibilita ver como pensava um elemento da Coluna e não como ela se posicionava no momento histórico. A informação de João Alberto deve ser, neste caso, tornada como a emissão de uma opinião e como tal sujeita a todos os reparos que um julgamento criterioso defina.

Notícia João Alberto a boa acolhida que teve a Coluna em todas as cidades do Maranhão e do Piauí. Dá também informação sobre a chegada de respostas às cartas enviadas: - "chegara até nós a primeira ligação dos "nossos amigos" trazida, através de mil peripécias, pelo Josias Carneiro Leão. Sabíamos agora dos levantes que se planejavam com a nossa aproximação. Conhecíamos pela palavra verdadeira de Josias, o "estado de sítio" em todo o Brasil, a batalha parlamentar travada pelos Deputados democráticos Adolfo Bergamini, Batista Luzardo e outros. Era preciso agir." (p. 131)

As "Memórias" de João Alberto informam também sobre o cerco de Terezina, ocupada por forças legalistas. Notícia com poucos dados, a passagem da Coluna pelo Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Faz referência também aos combates da Coluna em Piancó, com as forças do Padre Aristides, - "misto de sacerdote e de cangaceiro." (p. 137)

Menciona, sem detalhes, o levante do Tenente Cleto Campelo em Recife, movimento que, apesar de fracassado, atrasou por alguns dias o ataque governista à Coluna. Em vista da derrota de Cleto Campelo e da presença de força governista em Pernambuco, a Coluna toma o rumo Sul em direção a Bahia, atravessando o São Francisco.

São valiosas as informações de João Alberto so

bre a passagem da Coluna pelas terras baianas; compara a diferença da recepção no território baiano e tenta explicá-la: "Fracassada a campanha militar contra a Coluna, o governo do Sr. Bernardes, inspirado por aventureiros políticos, mobilizou e armou contra ela o braço nordestino, iludindo-o, pintando-a como horda de celerados sem ideal e sem princípios."

"Desde o Ceará, vínhamos notando resistência obstinada à nossa marcha por parte da população. Notícias mentirosas, infâmias baixas, eram espalhadas no Nordeste contra todos nós. Diziam os agentes do Governo que tudo destruíamos, tudo conspurcávamos e que raptávamos as mulheres porventura encontradas no caminho para deixá-las prostituídas mais adiante."

A população civil, hospitaleira e simpática nos Estados que tínhamos percorrido até Piauí, apresentava-se agora feroz contra a nossa gente. Fruto dessa campanha infamante, foi a resistência que culminou com a morte do Padre Aristides. Víamos com tristeza aquele povo pobre, que devia ser beneficiado com a vitória dos ideais revolucionários, atirar-se bravamente contra os homens da Coluna, em combate desigual.

A marcha por aqueles êrmos baianos, onde não esperávamos encontrar adversários, tornava-se perigosa." (p.144)

.....

"Fomos assim atravessando o nordeste baiano, sem notícia de um soldado sequer da tropa regular, mas sofrendo sempre perda." (p. 145)

João Alberto em suas informações sobre a passagem da Coluna na Bahia, destaca a resistência da população, -- considerando que o despreço do baiano e do nordestino pela Coluna seria resultante de uma campanha desmoralizadora prepara-

da pelo governo. Registra as várias emboscadas armadas por fazendeiros e jagunços e mostra o ressentimento do revolucionário pela incompreensão do povo nordestino, com relação aos benefícios que a revolução lhe traria.

Das mais importantes essa informação dada por João Alberto. Além de mostrar o desconhecimento popular quanto ao sentido da Coluna permite comparar atitudes populares - diferenciadas nas regiões brasileiras. Serve também de caminho para investigação das relações de poder no Nordeste brasileiro. João Alberto comentando a ausência do soldado regular combatendo a Coluna no Nordeste e mostrando os ataques de "jagunços", "cabras" e "coronéis", dá possibilidades de averiguação da força do Poder Legitimado na região nordestina.

As informações sobre a Coluna em sua passagem - no Nordeste têm utilização segura não só em trabalhos sobre a Marcha, como podem ainda ser utilizados em trabalhos de caracterização da vida nordestina durante a República Velha.

Registra João Alberto a estiagem do ano de 1926, tecendo comentários sobre os efeitos da seca na Coluna e na vida do nordestino.

Observações importantes são as feitas por João Alberto sobre as perseguições movidas contra a Coluna pelos coronéis baianos Horácio de Matos e Franklin Albuquerque. Refere-se a Horácio como o "maior cangaceiro do sertão baiano", que após lutar contra o governo estadual, dava os mãos às autoridades combatendo a Coluna em troca de concessões políticas. João Alberto noticia a perseguição de Horácio de Matos até o Estado de Minas Gerais. Quanto a Franklin, que para ele se dizia coronel, candilho do sertão de São Francisco, registra a perseguição à Coluna até o retorno ao Estado de Goiás.

Referindo-se às perseguições movidas pelas forças dos coronéis baianos, João Alberto demonstre o desconhecimento dos revolucionários da realidade brasileira: "quantas vezes, nos acampamentos tranquilos, durante a marcha pela noite de Goiás, imaginávamos a solidariedade que iríamos encontrar entre as populações oprimidas dos Estados do Nordeste brasileiro! Que de hipóteses, agora desfeitas, levantara Prestes, sempre confiante em suas próprias doutrinas sociais!

.....

Liberar o homem do interior do chefe político ou do coronel despótico, senhor de barço e cutelo, parecia-nos um grande passo para o progresso do País. Restabelecer a ordem, garantir a propriedade e respeitar o direito do cidadão eram reivindicações nobres que deviam merecer certamente, o apoio dos próprios beneficiados.

Lutávamos convencidos de que essas eram também os anseios do povo brasileiro e surpreendeu-nos, portanto, a contradição que se verificava na Bahia. Estranhávamos por que motivo o nordestino não se dispunha, como o gaúcho, a ceder - seu cavalo e seu gado aos homens da Coluna e, imbuídos de fantasia, fora da realidade, não imaginávamos como era duro para ele, perdor os seus únicos bens em favor de idéias vagas que não compreendia e em que não acreditava." (p. 147/148)

Sem dúvida alguma, o trecho aqui transcrito é necessariamente utilizável. Além de esclarecedor quanto ao idealismo dos tenentes, é indicativo da diferença de compreensão política entre o homem do sul e o nordestino. Não basta se essa sua validade, ainda a referência propõe um campo de investigação quanto aos efeitos da dominação coronelista sobre o homem do sul e sobre o nordestino.

Informação utilizável, após verificação insistente em fontes outras, é a dada por João Alberto no trecho - que se segue: "... Tivemos, outrossim, informações do que se estava passando pelo Brasil. A luta política continuava acesa no Rio de Janeiro. Nossos amigos da Câmara dos Deputados não desfaleciam. A Coluna era agora o símbolo do patriotismo brasileiro. Inspirava admiração o respeito. O povo começava a compreender a luta que se travava e comovia-se com a obstinação de nossa resistência. A reação que enfrentávamos no sertão do Nordeste era apenas um fenômeno local, perfeitamente explicável pelo estado de civilização, primitiva daquela gente. (p.150) (grifos nossos)

Após a passagem da Coluna pela Bahia, quando ela se encontrava no Estado de Minas Gerais, as forças legalistas reforçam a perseguição. É pensamento dos chefes da Coluna retroceder: "Resolvemos então retroceder: voltar para a Bahia sobre os próprios passos, atingir novamente Pernambuco, Piauí e finalmente Goiás e Mato Grosso a fim de abrir caminho para a emigração. Nossa marcha duraria quase um ano, o tempo necessário para que se esgotasse o quadriênio do Sr. Artur Bernardes, cujo governo combateríamos até ao último instante. A Coluna cumpriria integralmente a sua missão. Não deprimiu o ânimo da tropa revolucionária a resolução de recuo tomada secretamente pelos Chefes. Voltávamos agora as costas, em definitivo, às nossas esperanças de vitória, para somente prosseguir na luta pela existência, não nos deixando bater. A caminhada até à imigração seria longa e os obstáculos a vencer talvez ainda maiores do que os já experimentados, mas não nos faltava coragem para a empresa. Reanimada pelo seu êxito falaz, iria agora a tropa do Governo perseguir-nos vigorosamente

te nesses dez mil quilômetros que teríamos ainda de percorrer em busca da nossa própria salvação. (p. 152/155)

Após a decisão de recuo e emigração da Coluna, João Alberto informa em amplos detalhes o trajeto de volta até Mato Grosso, noticiando as perseguições dos legalistas e dos jagunços do Cel. Franklin. Refere-se aos problemas vividos pela tropa - fome, impaludismo, mortes etc. E, finalmente, noticia a presença da Coluna na região garimpeira de Mato Grosso, nos fins de setembro de 1926.

No trajeto para a emigração, João Alberto constata a impossibilidade da Coluna ser um fim em si mesma: "Agora, sem mágoas nem ilusões compreenderíamos que aquela Coluna, que era tudo para nós e para os nossos amigos, constituia apenas a semente de uma grande campanha política. E sabíamos - que tal campanha só se desdobraria vigorosa muito mais tarde. Representávamos a parte lendária que ainda se estava formando para frutificar depois em mãos alheias." (p. 150)

O depoimento acima, vindo de um livro de "memórias" e tendo de seu autor atravessado vários períodos da vida política do país, tem a sua utilização dificultada. Explicamos: pelo conhecimento das ocorrências posteriores, torna-se duvidoso o "sem mágoas nem ilusões", além do mais o depoimento pode ter partido do João Alberto de 1953, após as vivências conciliatórias propiciadas pela Revolução de 1930, e não do João Alberto participante da Coluna em 1926. Constitue o tipo de depoimento sujeito a dimensionamentos os mais variáveis e a interpretações numerosas.

Na nova permanência da Coluna em Mato Grosso, além de novas descrições da paisagem, João Alberto informa sobre as condições de vida nos garimpos mato-grossense; fornece

também sobre as Missões Salesianas, (Tacho e Sangradouro) no Estado.

Finaliza seu depoimento sobre a Coluna descrevendo o trajeto pela zona do pantanal e pela floresta amazônica, até a penetração na Bolívia e o dispersar da tropa.

Evidente que fontes várias existem tratando da Coluna. O próprio João Alberto registra o diário do bacharel Lourenço Moreira Lima, publicado posteriormente sob o título de "Marchas e Combates", e as anotações de campanha feitas por Miguel Costa. Consideramos, porém, que as informações contidas no livro de "Memórias" de João Alberto Lima de Barros tenham consulta garantida por todos aqueles que tiverem seus interesses despertados pela marcha dos tenentes.

JUAREZ TÁVORA, PRESTES, SIQUEIRA CAMPOS E MIGUEL COSTA.

Em todo decorrer de suas "Memórias" João Alberto faz menções freqüentes aos quatro companheiros revolucionários. Tece considerações sobre o temperamento e a personalidade de cada um deles, registrando também os momentos de união e oposição entre eles. Mesmo sabendo que essas informações - correm o risco da inexatidão, pois podem ser afetadas pelas relações de simpatia, antipatia e divergências de opinião, consideramos que podem e devem ser utilizadas em estudos: sobre o relacionamento dos tenentes revolucionários; sobre a evolução da linha revolucionária dos tenentes; ou mesmo para enriquecimento de trabalhos de composição biográfica.

Refere-se a Juarez Távora, "único oficial cearense da Coluna", como elemento que, não tendo função de comando, era um precioso colaborador de Prestes, fazendo sobre

o mesmo as seguintes considerações: "irmão do nosso antigo chefe Joaquim Távora, o Brasil inteiro o conhecia e em toda parte gozava de ótima reputação. Conspirador incansável, mantinha a Coluna ligada com os outros núcleos revolucionários do país. Era, além disso, o nosso intelectual. Escrevia bem, pensava claro, fazia proclamações e discursos quando disso havia mister. Católico fervoroso, inspirava confiança a quantos dele se aproximavam. (p. 134)

João Alberto faz outros registros sobre a atuação de Juarez na Coluna e na conspiração que levou ao movimento de 1930. Não faz, porém, nenhuma referência ao afastamento Juarez/Prestes.

As informações sobre Siqueira, Miguel Costa e Prestes são freqüentes em toda a descrição da marcha da Coluna, porém enriquecem-se nos depoimentos referentes à conspiração após o final da marcha. Não se pode deixar de perceber, na leitura de "Memórias de um Revolucionário", o afeto com que João Alberto refere-se a Siqueira, Miguel Costa e principalmente a Prestes. Mesmo quando opõe-se à linha que Prestes pretende imprimir ao movimento, apesar do tom quase que magoador de certas observações, o afeto ainda é visível.

Ainda na marcha da Coluna, suas memórias tem um trecho que permite algumas deduções sobre os seus companheiros: "A Coluna que o Governo Federal tantas vezes anunciara destruída, renascia mais forte do que nunca para a batalha decisiva. Dali daquele ermo, de cuja existência o brasileiro mal suspeitava, traçávamos esperançosos os destinos do Brasil. Siqueira, espírito arguto e crítico, fazia blaque dos planos de organização do Juarez a quem muito estimava. Bairrista como nenhum outro, queixava-se de que não estivéssemos dando a devida aten

ção ao seu Estado. Djalma Dutra e Ari Salgado Freire revelavam-se menos expansivos, apoiando mais o Siqueira em suas sátiras do que o Juarez em seus argumentos políticos. Cordeiro de Farias ria de tudo. Espírito bondoso, propendendo mais para as acomodações do que para a luta apesar de grande soldado - estava por tudo. Só Prestes guardava alguma reserva. Não sabia bem como acabaria tudo aquilo." (p. 127)

Outro trecho que consideramos importante registrar é o que diz respeito à discussão entre os comandantes da Coluna, quando da emigração para a Bolívia: "Prestes, que aceitara, com repugnância, em Minas Gerais, a solução de emigramos, defendeu calorosamente a tese de continuação da luta. Dividir-se-ia a Coluna em Destacamentos autônomos que, eventualmente, as poderiam apoiar. Miguel Costa reagiu vigorosamente a essa idéia "separatista". Sempre cordato com as decisões de Prestes em outros momentos, inflamou-se na defesa da Coluna que, dizia ele, não podia desaparecer assim ao terminar a gloriosa jornada através do Brasil, para se repartir em bandos armados de idealismo duvidoso.

.....

O choque entre Miguel Costa e Prestes foi inevitável. Amigos para os maus momentos, companheiros de luta desde as primeiras horas, viviam juntos sob a mesma bandeira revolucionária, sem se conhecer. Prestes encarnava a figura do batalhador de todas as causas, do revolucionário intrínseco, sempre pronto para a luta, do caudilho que deveria mais tarde transformar-se em chefe comunista intolerante, enquanto Miguel Costa, revolucionário ocasional como nós, bravo e sonhador, via na emigração o fim de uma jornada com a consciência do dever cumprido." (p. 168/169) - grifo nosso.

Com esse trecho, João Alberto define a diferença do tipo revolucionário que era Prestes, em relação aos outros tenentes e pondo à conta dessa diferença a cisão dos Tenentes.

João Alberto informa como o comando da Revolução é dado a Prestes, na fase de reorganização dos revolucionários: "Enquanto eu ficava em Alegrete urdindo a nova trama, Siqueira viajava para Buenos Aires e Montevideo a fim de combinar com os outros companheiros emigrados a retirada de comando das mãos do General Isidoro, já muito velho e pessimista, para as de Prestes, a quem atribuíamos todos os êxitos da Coluna. De pouco valeria para a revolução a existência de numerosos pequenos heróis. Esquecendo os trabalhos e perigos através do Brasil - que foram de nós todos - combinamos elevar o nome do Prestes à altura de um verdadeiro líder que polarizasse toda a chama, todo o idealismo da revolução.

Suguiu, então "Cavaleiro da Esperança", o homem providencial pelo qual o Brasil ansiava. A entrega do comando operou-se sem dificuldades. O próprio Isidoro propôs a transferência de chefia, que foi igualmente reconhecida pelo Dr. Assis Brasil, grande cidadão que se irmanara conosco e a quem chamavam "Chefe Civil da Revolução." (p. 194)

O trecho que aqui transcrevemos, além da informação imediata que traz, mostra a visão dos tenentes sobre Prestes a esta altura. Prestes é colocado como um enviado para a redenção do país, identificando-se o idealismo que caracterizava o movimento dos tenentes com a figura de uma liderança iluminada, mística e carismática.

Quer nos parecer que o trecho seria material obrigatório para estudos não somente biográficos de Prestes, -

mas também para qualquer trabalho que tenha como proposição - básica a análise da composição de lideranças nos movimentos - do período 1922/1930. Ou ainda, em termos mais amplos, qual quer estudo sobre liderança política no Brasil.

São de grande significação também as observações de João Alberto, quanto do período de exílio, das modificações no relacionamento de Siqueira Campos, Miguel Costa e Prestes. Registra as discussões entre os três, a sensação de Miguel Costa e de Siqueira de que o Prestes do exílio não era o mesmo Prestes do início da Coluna e, ainda, ensaia algumas observações de como estas divergências alteraram o rumo do programa revolucionário dos tenentes.

De referência às dissensões entre Miguel Costa e Prestes, há um trecho que consideramos conveniente transcrever: "Miguel Costa só se abria comigo. Não queria comentar - com Siqueira Campos as "maluquices" de Prestes. Sabia-o muito seu amigo, evitava magoá-lo. Tinha, entretanto, a certeza de que aquilo não ia acabar bem. Sentia já o chefe da Coluna divorciado dos ideais da revolução de 1924, cercado de gente-nova, de elementos estrangeiros que nada tinham de comum conosco." (p. 198)

A transcrição nos parece de importância, na medida em que pode constituir ponto de partida numa ^{de} linha investigação para o conhecimento da "gente nova", dos "elementos - estrangeiros" que cercavam o chefe da Coluna e que ao ver de João Alberto e Miguel Costa seriam os responsáveis pela "maluquicee" de Prestes.

Ainda de referência a Prestes, João Alberto - faz observação a nosso ver preciosa como informações a serem trabalhadas, sobre a definição de Prestes pelo Comunismo e a

sua objeção a planejada revolução dos Tenentes.

Caba registrar aqui sua descrição da reunião de Maio em Buenos Aires. Reunião convocada por Prustes, na qual praticamente se efetua a cisão do Tenentismo.

"Logo que nos teve a seu lado, Prestes expôs - claramente o motivo da reunião. Queria declarar-se contra o movimento que organizávamos e dizer-nos que se convertera ao credo comunista. Louvera algum tempo para tomar aquela decisão - disse-nos estudando as causas políticas e econômicas da atualidade brasileira, mas agora estava convencido de que a revolução burguesa, ao invés de um bem, constituía um mal para o Brasil. Novamente inflamado pela bandeira que descobrara, agitou-se numa argumentação confusa para nós, bisonhos no linguajar marxista, querendo convencer-nos a seguir o seu exemplo. - De nada serviria para o povo asseverava - aquela revolução que queríamos desencadear. O Brasil precisava de uma reforma de base, como só o comunismo podia fazer, o não de um simples pronunciamento, armado a fim de empossar um candidato vencido que aceitara, aliás, o julgamento das urnas. Passaria, o Governo Federal, das mãos de uns políticos para os de outros, com a nossa complicitade, em troca de meia dúzia de posições subalternas e de uma anistia que tácitamente recusáramos por tantos anos. - Não havia alternativa senão segui-lo, se é que não estávamos - vendidos aos capitalistas. Recuperava a combatividade e o ardor das discussões dos velhos tempos, falando mais com o tom de quem quer ser obedecido do que compreendido. Parecia um fanático, transbordando de violência contra adversários e amigos da véspera e colocando todos, sumariamente, na classe da exploradores do povo. Um fanático e não um líder de oficiais do Exército responsável pelos compromissos já assumidos com numero

seus companheiros. Não ocupou à sua distribuiçã o próprio Juarez Távora, acusado de carola, de retrógrado e de falso revolucionário." (p. 218/219).

A riqueza do texto nos parece bastante visível, praticamente dispensando quaisquer observações sobre sua utilidade como material de consulta para trabalhos sobre o tema. Permitimo-nos, apenas, chamar a atenção para os vários conceitos que implicitamente são emitidos por João Alberto.

Registra ainda João Alberto que as divergências fundamentais entre Prestes e os outros tenentes ampliaram-se com as suas colocações a respeito de Deus, da Pátria e da família. Principalmente com as referentes a Família. É interessante observar como João Alberto isola a posição marxista de Prestes, das suas posições quanto a Deus, Pátria e família. - Em função disso, cabe registrar um trecho das Memórias de João Alberto: "Nada tinha a opor às doutrinas econômicas de Marx, - seu aliás, ignorava, mas parecia-me demais que ele Prestes, um celibatário, viesse assim arrasar o conceito e o sentimento - que a família nos merecia." (p. 220)

Em muitos momentos João Alberto teve considerações pessoais sobre o afastamento de Prestes do programa revolucionário dos Tenentes. Considerações pessoais que, a nosso ver, são valiosas para caracterizar pelo menos o pensamento - de um tenente de atuação destacada no movimento, sobre as questões internas do movimento tenentista e muito especificamente sobre a ausência de uniformidade no pensamento e na ação revolucionária do Tenentismo. Do momento não nos propomos aqui a registrar e comentar as considerações mencionadas, pois que - quase que de modo irresistível elas nos levariam a ensaiar interpretações o que não constitui nosso objetivo no presente-

trabalho.

Não podemos, porém, deixar de fazer menção ao fato de que, apesar de registrar em suas memórias a existência do Manifesto de Prestes, João Alberto não menciona o seu teor, nem tampouco emite maiores comentários valorativos sobre o mesmo. De referência ao assunto, apenas diz: "Em fins de maio, - lançava Prestes o seu manifesto comunista, num arrazoado injusto para nós todos e ameaçador para o Brasil. Senti ao lê-lo, necessidade de responder com a ação à atitude ingrata do chefe da Coluna, a fim de que ele pudesse avaliar o erro que cometera." (p. 231)

De referência a Miguel Costa, Juarez Távora e Siqueira Campos, em todo o decorrer de suas Memórias, João Alberto fornece informação que tanto tem utilidade para trabalhos especificamente biográficos, como também são valiosos para a caracterização do papel de cada um deles na movimentação Tenentista. Vale mencionar aqui que, quanto ao acidente que vitimou de maneira fatal Siqueira Campos, João Alberto o registra com acentuada riqueza de detalhes.

Apesar de limitarmos o nosso interesse às informações sobre Prestes, Miguel Costa, Juarez Távora e Siqueira Campos, queremos acrescentar aqui que, no decorrer de suas Memórias, João Alberto faz menção a alguns outros nomes que, de algum modo, estiverem envolvidos com o movimento dos Tenentes. Assim é que encontramos o registro do Tenente Juraci Magalhães liderando a conspiração na República da Rua Pinheiro Guimarães (p. 199); o de Dr. Pedro Ernesto, transformando sua casa do - saúde em quartel general da Conspiração. (p. 210) e vários outros que, se utilizados isoladamente, podem se apresentar como de valor menor mas que, associados a outras informações, aumen

tam de validade, não só por esclarecerem questões referentes ao período como por possibilitarem a compreensão de acontecimentos posteriores.

OS TENENTES E A "CLASSE POLÍTICA"

Uma questão ainda a merecer maiores esclarecimentos, no que se refere aos acontecimentos de 1922 a 1930, é a da aproximação dos tenentes com a classe política brasileira. Muitas perguntas ainda podem ser feitas em relação a uma "frente" da qual faziam parte um Juarez Távora e um Artur Bernardes, um Miguel Costa e um Afrânio de Melo Franco.

São ainda procedentes as indagações quanto a compatibilidade entre o ideal revolucionário do Forte Copacabana e a posição revolucionária da Aliança Liberal.

A partir de uma investigação sobre os caminhos da aproximação entre os homens dos "5 de julho" e da Coluna, com os antigos sustentáculos da ordem combatida, teria pertinência o questionamento da Revolução de 30 como a revolução dos Tenentes.

Em função da possibilidade de tais questionamentos, é que vemos que informações contidas no livro de Memórias de João Alberto podem constituir material utilizável para quem se proponha tratar o tema.

João Alberto, por exemplo, aponta a resistência de Prestes à aproximação com a classe política. E coloca as suas próprias reservas quanto a esta aliança, apesar de definir a aproximação como uma necessidade do movimento iniciado em 1922.

É interessante notar que, referindo-se à Vitória de 30, aos políticos ele não chama de revolucionários, mantendo a expressão apenas para os que participaram dos movimentos

anteriores à formação da Aliança Liberal.

João Alberto, expõe as suas dúvidas quanto a validade da aproximação, mesmo considerando-a uma necessidade. Não vê a possibilidade de, ao mesmo tempo da sucessão de Washington Luiz, um movimento vitorioso sem a união dos tenentes com os políticos oposicionistas. Tem apenas que a revolução, feita pelas forças congregadas, não seja a efetiva revolução pensada pelos Tenentes. Cabe aqui a reprodução de um trecho do seu livro: "Estávamos de mãos dadas com os nossos adversários da véspera, os inimigos da Coluna, e não podíamos esperar deles muita coisa. O próprio Dr. Artur Bernardes, contra quem havíamos lutado durante anos, proclamava-se, agora, revolucionário ardoroso em Minas Gerais. Evidentemente, aquela não era a "noessa revolução" mas, o que fazer? Tínhamos que jogar a cartada e a creditar em políticos como Maurício Cardoso, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Luzardo, João Neves, para só falar nos do Rio Grande com quem entrara em contato mais estreito." (p. 219-220)

O trecho transcrito de utilização, a nosso ver, bastante clara, pode ser tratado ao lado de informações colhidas em fontes outras, no sentido de caracterizar a inquietação dos "tenentes" com o novo encaminhamento da trajetória iniciada em 1922. Grifamos o "noessa revolução", por considerarmos que tal expressão pode conduzir a investigações quanto ao sentido do tenentismo antes e após 30. Evidentemente que proceder em investigações dessa ordem demandaria consulta exaustiva a fontes outras. Não é, entretanto, de menor evidência o valor das "Memórias" nessa linha investigatória.

Em momentos do seu livro, João Alberto registra a hesitação dos políticos quanto à luta armada. Hesitação que,

segundo êle, prendia-se ao pensamento revolucionário de Prestes. É ainda informação sua que a consolidação da aliança entre "políticos" e "tenentes" se efetivará após a defecção prestista. Registra que a definição dos políticos pela luta armada se fará após o lançamento do Manifesto de Maio.

Tais registros, espalhados no decorrer do livro, podem funcionar não para responder questões até então não devidamente esclarecidas, mas propiciando novos questionamentos. Para nós, aí reside a maior validade dos registros mencionados.

Em função do que acabamos de dizer, é que consideramos importante transcrever aqui um trecho da página 232: "A luta, que algum tempo fôra encarada como solução apenas para nós outros, parecia agora a única saída para a situação de incompatibilidades criadas entre governistas e oposicionistas. Regravam-na, abertamente, homens conservadores como o Dr. Afrânio de Melo Franco e o Dr. Artur Bernardes, como epílogo de uma economia carcomida por vícios políticos e intolerâncias regionais. Apareceram outros valores que se definiam agora, uma vez desaparecido o espantalho comunista. O Dr. Antonio Carlos, governador de Minas Gerais, e o Dr. João Pessoa, governador do Estado da Paraíba (que até então só queriam, dos revolucionários, apoio político), declaravam-se prontos para agir. Acontecimentos sangrentos em Minas Gerais e na Paraíba, provocados pelos partidários de Dr. Júlio Prestes, davam uma idéia de que seria seu governo no tocante às vinganças pessoais, a perseguições mesquinhas. Agravando a situação, rebentara uma séria crise econômico-financeira, com a queda do câmbio (que o Sr. Washington Luís quisera manter a todo custo) - consequência da baixa dos preços do café. Se, por um lado, a perda de Prestes nos criara em

baraços entre os revolucionários, por outro, o seu afastamento da luta consolidara o princípio da revolução liberal."

Evitamos tecer comentários sobre o trecho transcrito, por temermos entrar em considerações que, embora não inadequadas, fugiriam à intenção que nos propusemos neste trabalho.

Não nos prolongaremos na citação de outros registros feitos por João Alberto à respeito da aliança "Tenentes e Políticos" em vista não só delas serem muito esparsas como também pelo fato delas situarem-se em contextos largos, dos quais não podem ser deslocados, sem prejuízo do seu sentido. Chamamos ainda atenção para a necessidade de buscá-los no próprio livro, para melhor percepção de certos conteúdos das entrelinhas, muito próprios aos livros de memórias.

Apesar do dito acima, não queremos deixar de registrar um certo desencanto que João Alberto expressa, após a vitória do 3 de outubro, de relação à classe política: "Não tínhamos ainda um mês de vitória e já se organizava uma verdadeira guerra de descrédito contra os revolucionários, visando desabá-los, abrir-lhes o prestígio, afastá-los das posições de comando. Nossa missão, diziam os políticos, terminara definitivamente. Chegara o momento de entregar o poder aos civis." (p.252)

Animamo-nos a fazer a transcrição acima, não para expressar o desencanto do memorialista, mas por constituir um possível caminho inicial para investigações sobre as condições de permanência dos "tenentes" na vida pública nacional, após o 3 de outubro de 1930.

Fora de dúvida que, para investigar tal temática, necessariamente seriam exigidos um volume e uma variação

de tipos de fontes bastante acentuados. Não hesitamos, porém, em afirmar que a posição exercida pelo autor ora tratado, no movimento tenentista, faz das suas expressões desencantadas um ótimo caminho inicial.

Lastimamos que os registros de João Alberto sobre o relacionamento entre os "Tenentes" e Getúlio Vargas sejam em quantidade menor e menos significativos do que desejaríamos.

João Alberto oferece, nas suas "Memórias", informações sobre a eclosão do movimento no Rio Grande do Sul e a adesão dos estados. Descreve em minúcias a movimentação militar no sul do país e noticia, também, as chefias de tropa em vários pontos do país.

De referência às lutas travadas após o 3 de outubro, suas informações prendem-se acotadamente a aspectos militares, sendo extremamente poucas informações que se afastem do aspecto da luta armada.

Das considerações sobre os acontecimentos de outubro, uma reflexão de caráter bastante pessoal, a nosso ver, pode ser trabalhada em função de estudos sobre a "revolução dos Tenentes" e a "revolução da Aliança Liberal". Num trecho da página 245, assim se expressa João Alberto: "Após tantos anos de lutas, de riscos e sacrifícios, chegava enfim, a hora do triunfo. Que não poderia desejar um chefe revolucionário? Evitando as efusões de contentamento de companheiros velhos e adesistas novos, fechei-me no meu quartel general. Virgílinho, que se tornara meu companheiro inseparável, veio para o meu lado. Ele me conhecia bem e sabia o conflito que me assaltava. Que iria eu fazer agora? Colaborar com a nova ordem ou recolher-me à

vida privada, regressar para junto de minha família no Rio Grande? No fim de contas, aquela não era a nossa revolução. Pa-recia-me loucura esperar grandes reformas. No entusiasmo de uma vitória fácil não se poderiam evitar as adesões em massa que se processavam e que sempre fazem malograr as mais nobres manifes-tações do idealismo. Já sentíamos, naquele momento, a corrida para os cargos e a luta pelas posições."

Insiste João Alberto na colocação da Revolução de 30, como um movimento que não o dos tenentes. Usando-se o devi-do cuidado no trato com "Memórias" e não esquecendo o que de pessoal e de individualizado existe no trecho transcrito, o mes-mo constitui um dado dos mais válidos a trabalhar e se põe co-mo um dado irresistível para tentativas de interpretação.

Por ter sido o primeiro delegado militar da Revo-lução em São Paulo, João Alberto fornece em suas Memórias, algu-mas indicações quanto à posição dos políticos paulistas frente ao 3 de outubro e registra as suas dificuldades na atuação co-mo interventor. Dificuldades em virtude da não aceitação pelos paulistas de um interventor pernambucano, quando acreditavam que a Miguel Costa caberia a interventoria de São Paulo.

Registra os conflitos entre os oficiais revolu-cionários e os políticos do Partido Democrático paulista, lide-rados por Francisco Morato; conflitos decorrentes da exigência do Partido de um interventor paulista e civil.

Além dos registros sobre os problemas entre "te- nentes" e "políticos", João Alberto menciona a agitação no meio operário e as greves nas indústrias paulistas, logo após o mo- vimento de 30.

Apesar de muito pessoais e em pequena quantidade, as impressões de João Alberto sôbre a situação de São Paulo podem ser utilizadas como dados auxiliares, para a explicação de antecedentes à reação paulista de 1932 ao governo Getúlio Vargas.

C O N C L U S ã O

O trabalho do historiador exige dele qualidades que o caracterizam como a um profissional especializado. Sua formação não irá depender apenas da quantidade de informação sobre o passado que possa reter na memória, mas também da maneira como se capacite a trabalhar as informações, retirando delas idéias originais e válidas para o conhecimento do passado.

É necessário, pois, ao historiador o desenvolvimento de qualidade de interpretação científica, mantendo uma coerência e organização lógica desde o momento da opção de tema que o envolverá, até quando tiver que enunciar o fruto de seu trabalho. Além disto, entre um momento e outro, cabe-lhe a utilização de todos os recursos disponíveis, para que seu trabalho se realize a partir de bases sólidas, através de instrumentos eficientes, para fins válidos.

A busca de fontes de informação, afora a opção do tema, é caracterizada como ocasião em que mais se acentua a necessidade de optar, não só pela variedade de formas, como de conteúdo, desde que a cada um é dado originalizar o conhecimento, envolvendo-o com suas idiossincrasias.

Não caberá ao historiador, no entanto, enrijecer as oportunidades de escolha, diminuindo sua amplitude quando, pe

lo contrário, seu trabalho estará a exigir visões largas e abrangentes, mesmo que lhe seja consciente a impossibilidade de ser possuidor de todo o conhecimento do passado ou até de parte do passado. É, pois, no equilíbrio, ditado pela validade dos critérios de julgamento que irão determinar a escolha e a necessidade de buscar fontes variadas em forma e conteúdo, que deve agir o historiador para que o enunciado do fruto do seu trabalho seja uma contribuição valiosa.

Estabelecendo critérios reconhecidamente eficazes, o historiador deve buscar fontes de informação as mais variadas, determinando para cada uma seu limite de validade, para que não se envolva com as idiossincrasias ou outros condicionantes que elas contenham, na tentativa de ampliar o conhecimento do passado, buscando-o onde se encontre e na forma que se apresenta.

Será movido o historiador, na dinâmica de sua atividade, pela consciência de que ter sido um acontecimento objeto da atenção e esforço de outros estudiosos não restringe ou esgota as suas possibilidades de aí concentrar seu estudo, elegendo o mesmo acontecimento como seu tema, desde que, sendo criativo e homem do seu tempo, busque formas ajustadas de ampliação do conhecimento.

A utilização de fonte secundária, com a natureza da aqui exemplificada, pode ser um recurso de ampliação do co-

nhecimento, na medida em que possibilite novos ângulos, novas perspectivas de confirmação e elemento comparativo de informações obtidas por outros meios, cabendo ao estudioso o cuidado de agir criteriosamente, utilizando como instrumental imprescindível sua qualificação, a logicidade de seu trabalho.

A exemplificação aqui dada, ao trabalharmos sobre informações de livro de João Alberto Lins de Barros, se qualifica como um esforço de valorizar a utilização de fontes da mesma natureza que tem o livro "Memórias de um Revolucionário". Decorre isto de nossa consciência da amplitude que deve o historiador dar ao persistente trabalho de conhecer o passado, buscando uma multiplicidade de fontes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BARROS, João Alberto Lins de, Memórias de um Revolucionário.
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953
- BURCKHARDT, Jacob. Reflexão sobre a História. Rio de Janeiro,
Zahar, 1961.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: - Brasil em perspec-
tiva, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p.255-284.
- LISBOA, ROSALINA CCELHO, A Seara de Caim 5.ed. Rio de Jancei
ro, Livraria José Olympio Editora, 1956.
- PIRENNE, Jacques. As grandes correntes da História Universal,
Lisboa, Sociedade de Intercambio Cultural Luso-Brasileira,
1954. v. 1.
- RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil, São
Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957. v. 1.
- SHOTWELL, James. A Interpretação da História e outros Ensaios.
Rio de Janeiro, Zahar, 1967.